

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. INTRODUÇÃO

A atual sistemática de disposição de resíduos sólidos em vias públicas do município de Lages fundamenta-se em métodos convencionais que, embora operacionais, apresentam gargalos críticos incompatíveis com as metas de modernização da SEMASA. Este modelo de superfície gera passivos que comprometem a salubridade ambiental e a eficiência logística.

Diante deste cenário, a transição para o Sistema de Contentores Subterrâneos apresenta-se como a solução técnica definitiva para mitigar esses impactos, promovendo a verticalização do armazenamento e harmonizando a gestão de resíduos com o desenvolvimento urbano sustentável de Lages.

### 2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Registro de Preços de empresa especializada para o fornecimento e instalação de contentores de resíduos sólidos subterrâneos no município de Lages, incluindo fornecimento de material, equipamentos e mão de obra.

Item	Especificação	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total do contrato (R\$)
01	Registro de Preços de empresa especializada para o fornecimento e instalação de contentores de resíduos sólidos subterrâneos no município de Lages, incluindo fornecimento de material, equipamentos e mão de obra.	10	203.666,53	2.036.665,30
Total estimado (R\$)				2.036.665,30

2.2. O valor total da contratação é de R\$ 2.036.665,30 (dois milhões, trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos).

2.3. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.5. O prazo de vigência poderá ser prorrogado justificadamente quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.

2.5.1. A prorrogação tratada no item anterior visa exclusivamente à conclusão da execução remanescente, não implicando, de forma automática, a renovação do quantitativo originalmente registrado.

2.5.2. Caso a Administração opte pela renovação dos quantitativos na prorrogação da Ata, deverão ser observados os requisitos do Prejudicado n. 2625/2025 do TCE/SC, incluindo a realização de nova pesquisa de mercado para comprovar a vantagem econômica e a concordância formal da fornecedora.

2.5.3. Finalizada a entrega do quantitativo remanescente e não havendo a renovação formal de que trata o item 2.5.2, a Ata de Registro de Preços considerará-se encerrada.

### **3. OBJETO DA AQUISIÇÃO**

3.1. Registro de Preços de empresa especializada para o fornecimento e instalação de contentores de resíduos sólidos subterrâneos no município de Lages, incluindo fornecimento de material, equipamentos e mão de obra.

### **4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico no Documento de Formalização de Demanda e bem como nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndices deste Termo de Referência.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação dos seguintes atestados:

- **Atestado de Capacidade Técnica:** Fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado, a contento, serviços de fornecimento e instalação de sistemas de containerização subterrânea de resíduos sólidos. O atestado deverá comprovar a instalação de, no mínimo, 50% da quantidade total prevista no Sistema de Registros de Preços, com capacidade volumétrica unitária de, ao menos, 1m<sup>3</sup>.

**Justificativa:** Diferente de contentores de superfície, sistemas subterrâneos envolvem engenharia de precisão e segurança pública. A exigência de experiência específica em sistemas que fiquem abaixo do nível do solo é necessária para garantir que a empresa domine técnicas de impermeabilização (estanqueidade). Sem isso, o Município corre o risco de infiltração de chorume no solo ou, inversamente, inundação do fosso por águas pluviais, o que inviabilizaria a operação e geraria danos ambientais. A exigência de comprovação de 50% dos quantitativos estimados justifica-se pela necessidade de assegurar que a futura contratada detém expertise operacional compatível com a escala do projeto pretendido. Tal percentual encontra-se em estrita consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, equilibrando a garantia da execução contratual com a preservação da ampla competitividade, essencial para a obtenção da proposta mais vantajosa para a SEMASA.

- **Registro Profissional:** Certidão de Registro da licitante e de seus Responsáveis Técnicos junto ao CREA, em plena validade, visto que o objeto envolve serviços de engenharia.

**Justificativa:** A instalação desses equipamentos não é mera entrega de mercadoria; é uma obra/serviço de engenharia. Envolve escavação em via pública, interferência em redes de infraestrutura e cálculo estrutural das cubas. A exigência de registro profissional garante que a execução será supervisionada por um técnico legalmente habilitado, que emitirá a

respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), essencial para a fiscalização da SEMASA.

## **Sustentabilidade**

6.2. Quanto aos requisitos de sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá respeitar especialmente as normas relativas aos temas abaixo, adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, no qual for cabível.

6.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Constatações Sustentáveis:

6.3.1. As licitações e os contratos disciplinados por esta Lei devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:

6.3.1.1. Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

6.3.1.2. Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

6.3.1.3. Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

6.3.1.4. Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

6.3.1.5. Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados por empresas públicas e sociedades de economia mista;

6.3.1.6. Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

## **Subcontratação**

6.4. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

6.4.1. Será permitida a subcontratação exclusivamente para a execução dos serviços de escavação, devendo a empresa contratada informar

previamente à administração pública a subcontratada responsável por essa atividade.

6.4.2. A empresa contratada permanecerá integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, incluindo a qualidade dos serviços prestados pela subcontratada, bem como pelo cumprimento das normas técnicas, ambientais, de segurança e trabalhistas aplicáveis.

6.4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

### **Garantia da Contratação**

6.5. A garantia de execução de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021 não será exigida para a assinatura da Ata de Registro de Preços, sendo obrigatória apenas quando da formalização de cada contrato decorrente (ou instrumento equivalente), no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da respectiva contratação.

6.6. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento. (Art. 97 da Lei 14.133/2021).

6.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, o particular deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.8. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

6.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **Vistoria**

6.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 18:00 horas.

6.11. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

6.12. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.13. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.14. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **7. SERVIÇOS A REALIZAR**

7.1. O sistema de coleta subterrânea configura-se como uma solução de armazenamento de alta capacidade situada abaixo do nível do solo, projetada para otimizar o espaço urbano sem comprometer o fluxo de pedestres e veículos. O conjunto tecnológico é composto de forma integrada por um coletor com piso de acabamento, estrutura de elevação, contêiner de armazenamento e uma caixa de contenção estanque.

7.2. Para o fiel cumprimento dos serviços contratados, as seguintes definições serão adotadas:

### **7.2.1. COLETOR DE 2 BOCAS**

7.2.1.1. A interface de descarte é composta por um coletor de duas bocas, configurado para ser o elo primário entre o cidadão e a infraestrutura de armazenamento. Esta estrutura foi projetada para garantir uma interação simples e eficiente, estabelecendo o ponto de partida para o processamento inteligente dos resíduos.

7.2.1.2. O coletor tem como finalidade primordial o recebimento dos resíduos e seu direcionamento ao contêiner soterrado. Para tanto, sua concepção deve observar rigorosos critérios de ergonomia, assegurando a acessibilidade plena a todos os usuários. Adicionalmente, o projeto do equipamento deve atuar como uma barreira física de segurança, impedindo tanto o acesso direto ao interior dos contêineres quanto a remoção indevida de resíduos já depositados.

### 7.2.1.3. Padrão Construtivo

- **Composição e Materiais:** O corpo do coletor e o cilindro cônico devem ser fabricados em chapa de aço inoxidável com acabamento escovado e espessura mínima de 1,5 mm. A estrutura deve apresentar superfície interna lisa, sendo vedada a utilização de parafusos, rebites ou quaisquer saliências que possam atuar como pontos de enrosco ou dificultar a deposição dos resíduos.
- **Mecanismo de Abertura e Operação:** O equipamento deve possuir tampa com acionamento duplo (pedal e puxador manual), sendo o puxador construído em aço inoxidável maciço com diâmetro mínimo de 3/8". O sistema de fechamento deve contar com contrapeso para garantir o retorno automático à posição de repouso. Adicionalmente, o dispositivo deve incluir amortecedores de borracha para insonorizar os impactos de fechamento e promover uma melhor vedação.
- **Fixação e Estanqueidade:** A fixação deve ser realizada por parafusos de aço inox (mínimo de 6 mm) com vedação que garanta a estanqueidade do sistema. O conjunto deve incluir um colarinho de ajuste para assegurar o perfeito nivelamento do equipamento em relação ao solo.
- **Sinalização e Acessibilidade:** O coletor deve ser identificado por adesivos reflexivos com proteção UV e conter sinalização tátil em Braille, atendendo aos requisitos de acessibilidade.
- **Geometria e Dimensões:** O dispositivo deve apresentar formato cilíndrico-cônico para possibilitar a passagem plena dos resíduos, respeitando o diâmetro máximo de 700 mm e altura variável entre 1.000 mm e 1.150 mm.

### 7.2.2. PISO

7.2.2.1. O piso atua como o componente estrutural responsável por sustentar os coletores e abrigar os contêineres em sua parte inferior, mantendo a integridade do conjunto. Além de assegurar o fechamento hermético do sistema, sua concepção deve garantir a total impermeabilização, impedindo a exalação de odores e bloqueando a proliferação de insetos e roedores no ambiente urbano.

7.2.2.2. O piso deve integrar-se plenamente ao passeio público, sendo projetado com resistência mecânica capaz de suportar o tráfego de pedestres e operadores com total segurança. Operacionalmente, sua estrutura deve ser solidária ao sistema de

elevação, movimentando-se de forma sincronizada durante o processo de coleta para garantir a continuidade e a eficiência do ciclo de içamento.

#### 7.2.2.3. Padrão Construtivo

- **Estrutura e Resistência:** O piso deve ser construído em chapa de aço inoxidável antiderrapante (espessura mínima de 2,77 mm), integrada a um chassi monobloco com reforços verticais, transversais e longitudinais. Esta configuração deve garantir uma capacidade de carga de, no mínimo, 500 kg/m<sup>2</sup>, sendo acionada por um sistema de elevação mecânica vinculado à plataforma de içamento.
- **Estanqueidade e Drenagem:** Para assegurar a salubridade, o componente deve possuir sistema de vedação em borracha esponjosa, capaz de impedir a entrada de água, insetos e roedores, além de evitar a exalação de odores. Complementarmente, devem ser instaladas calhas laterais em aço inoxidável (mínimo 2,5 mm) para o escoamento de águas pluviais, com dreno de diâmetro mínimo de 50 mm.
- **Nivelamento e Acessibilidade:** O projeto deve prever a instalação paralela à inclinação do passeio público existente, acompanhando o alinhamento do local sem a criação de degraus ou barreiras arquitetônicas. Essa integração visa preservar a acessibilidade e evitar intervenções civis desnecessárias no entorno.
- **Conectividade e Monitoramento:** A estrutura deve contemplar alojamento específico para sistemas de monitoramento de dados com proteção mínima IP67, incluindo os respectivos pontos de passagem para o cabeamento de ligação do sistema.

#### 7.2.3. CONTÊINER

7.2.3.1. O contêiner é o componente responsável pelo armazenamento temporário dos resíduos, projetado para ser acoplado e removido do sistema subterrâneo, o que viabiliza a operação de coleta mecanizada e o transbordo dos descartes.

7.2.3.2. O contêiner deve ser projetado para o acondicionamento seguro dos resíduos, garantindo a estanqueidade total para prevenir vazamentos de lixiviados. Sua estrutura requer elevada resistência mecânica e química, sendo capaz de suportar os esforços de carga e descarga, bem como a ação de agentes contaminantes. Operacionalmente, o equipamento deve possuir capacidade de 1 m<sup>3</sup> (1000 litros) e dimensões rigorosamente compatíveis com o sistema de engate (lifter) dos caminhões

coletores, assegurando uma operação prática, segura e tecnicamente eficiente.

#### **7.2.3.3. Padrão Construtivo**

- **Composição e Estrutura:** O contêiner deve ser fabricado em polietileno com espessura mínima de 3 mm, apresentando ranhuras de reforço estrutural que assegurem a integridade do equipamento. Sua capacidade nominal deve permitir o armazenamento de 1 m<sup>3</sup> e suportar cargas de levantamento de até 500 kg.
- **Compatibilidade e Normatização:** Para garantir a interoperabilidade com a frota de coleta, os contêineres devem possuir munhões para engate da garra de levantamento (lifter) e estar em estrita conformidade com as normas ABNT NBR 15911.
- **Mobilidade e Rodízios:** O sistema de locomoção deve ser composto por 4 (quatro) rodízios giratórios com diâmetro de 200 mm ± 10 mm, sendo obrigatoriamente 2 (dois) deles dotados de travas de segurança para imobilização durante a operação ou armazenamento.

#### **7.2.4. SISTEMA DE ELEVAÇÃO**

7.2.4.1. O sistema de elevação é responsável por içar o piso e os recipientes até o nível do solo, permitindo o acesso aos contêineres e a consequente coleta dos resíduos neles depositados.

7.2.4.2. Responsável também por acomodar os contêineres durante o uso e elevá-los ao nível do solo por meio de acionamento hidráulico.

##### **7.2.4.3. Padrão Construtivo**

- **Estrutura e Acomodação:** O conjunto deve dispor de uma gaiola de acomodação e elevação para o contêiner, fabricada em perfis enrijecidos de chapa de aço inoxidável (espessura mínima de 2,5 mm). O assoalho de suporte deve possuir ranhuras de alinhamento para garantir o posicionamento correto dos recipientes durante a coleta, além de pontos de engate e nivelamento para o piso superior.
- **Mecanismo de Elevação e Alinhamento:** A elevação será centralizada em uma torre de perfil metálico (aço 1040), projetada em perfil único soldado com soldas de alta resistência. O sistema de alinhamento e deslize deve operar por meio de rodas e trilhos guias, construídos em chapas de aço com dobras de reforço (6,0 mm) e fixados à caixa de contenção por parafusos de padrão métrico em aço inox.

- **Sistema Hidráulico e Capacidade:** O mecanismo deve contar com dois cilindros hidráulicos (diâmetro mínimo de Ø73mm) alojados na torre central. O sistema deve assegurar capacidade de carga mínima de 3.000 kg sob pressão de 150 Bar, sendo dimensionado para suportar o peso dos contêineres carregados, da estrutura de piso e dos esforços dinâmicos do içamento.
- **Segurança e Operação Hidráulica:** Devem ser previstos reguladores de vazão e válvulas de segurança contra ruptura hidráulica, garantindo o travamento do sistema em caso de vazamentos ou falha nas mangueiras.
- **Acessibilidade e Nivelamento (Rampas):** Para viabilizar a operação em terrenos inclinados (desníveis de até 10%), o sistema deve:
  - I) Elevar-se acima do nível do solo para compensar a inclinação;
  - II) Possuir rampa articulável para evitar a queda dos rodízios do contêiner na calha de água;
  - III) Contar com rampas de descarga e saída em aço inox antiderrapante (espessura mínima 2,77 mm).
- **Acabamento Funcional:** Quando recolhido, o sistema de elevação deve manter-se rigorosamente ao nível do piso, sem ultrapassar a superfície. Quando totalmente elevado, o assoalho de acomodação deve ultrapassar o nível do solo para o perfeito alinhamento com a rampa de descarga.

#### 7.2.5. COMANDO HIDRÁULCO

7.2.5.1. O comando hidráulico é o responsável por acionar o içamento do sistema até o nível do pavimento, garantindo o alinhamento necessário para a remoção e coleta dos contêineres.

7.2.5.2. Tem como funcionalidade o acionamento do cilindro hidráulico responsável por expor o contêiner de resíduos.

#### 7.2.5.3. Padrão Construtivo

- **Unidade Hidráulica:** O sistema deve ser dotado de um reservatório com capacidade de 8 litros, fabricado em polipropileno (PP) ou aço, equipado obrigatoriamente com filtro de sucção e bocal de entrada de ar. A bomba hidráulica deve possuir capacidade nominal de pressão de até 250 Bar e vazão de 6 litros/min.

- **Motorização e Alimentação Elétrica:** O acionamento será realizado por motor elétrico de 1 CV, operando sob tensão de 220V (monofásico, 60 Hz).
- **Painel de Comando e Segurança:** O painel de comando deve integrar o sistema de ligação e o módulo de acionamento remoto via radiofrequência. Para proteção do conjunto e segurança operacional, o circuito deve ser provido de disjuntor termomagnético.

#### 7.2.6. CAIXA DE CONTENÇÃO

7.2.6.1. A caixa de contenção assegura a fixação estrutural do sistema ao solo e o alojamento dos demais conjuntos operacionais. Atua, simultaneamente, como barreira ambiental, prevenindo a contaminação do meio externo em caso de vazamentos eventuais nos contêineres.

7.2.6.2. Destina-se ao alojamento integral dos componentes operacionais, incluindo o sistema de elevação, os contêineres e o piso superior, servindo como base de sustentação para todo o conjunto.

##### 7.2.6.3. Padrão Construtivo

- **Estrutura e Resistência:** A caixa deve ser fabricada em aço inoxidável com espessura mínima de 1,5 mm, reforçada internamente por uma estrutura periférica em aço inoxidável de no mínimo 2,0 mm. O projeto deve prever dobras ou ranhuras de reforço em todo o perímetro, garantindo resistência mínima à compressão lateral de 35 kN/m<sup>2</sup> para suportar a pressão do solo e as cargas dinâmicas do entorno.
- **Estanqueidade e Impermeabilização:** A estrutura deve ser rigorosamente estanque, impossibilitando qualquer tipo de infiltração proveniente do lençol freático ou o vazamento de líquidos internos para o meio ambiente.
- **Sistema de Drenagem e Coleta de Águas:** O conjunto deve ser dotado de colarinho de apoio e calhas para coleta de águas pluviais provenientes do piso, construídos em chapa com espessura mínima de 2,0 mm. O sistema de escoamento deve contar com, no mínimo, dois pontos de drenagem conectáveis a tubulações de saída com diâmetro mínimo de Ø50 mm.

### 7.2.7. TOTEM DE MONITORAMENTO

7.2.7.1. O totem de comunicação tem como função abrigar a infraestrutura de automação, integrando componentes essenciais como painel solar, central de controle e câmeras de monitoramento.

7.2.7.2. Sua função principal é o alojamento integral dos componentes, incluindo o sistema de elevação e os contêineres, além de servir de suporte estrutural para o piso.

#### 7.2.7.3. Padrão Construtivo

- **Caixa de Contenção e Base:** A caixa de contenção deve ser fabricada em aço inoxidável (espessura mínima de 1,5 mm), sobreposta a uma base de chapa de aço inoxidável (mínimo de 6 mm), dimensionada para suporte de carga.
- **Torre e Suportes:** A estrutura de sustentação da caixa central deve utilizar perfis estruturais de aço inoxidável (mínimo de 2,5 mm). O suporte para a câmera de monitoramento deve permitir quatro opções de posicionamento e ser fabricado em aço inoxidável (mínimo de 1,2 mm).
- **Acomodação de Componentes:** A caixa central para eletrônicos deve ser em aço inoxidável (mínimo de 1,2 mm) com acabamento escovado. O fechamento da central de controle deve ser do tipo "chave castelo" com, no mínimo, dois fechos.
- **Infraestrutura Civil:** O conjunto deve ser fixado sobre sapata de concreto (Fck 30) com ferragem armada de 10 mm e profundidade mínima de 700 mm.
- **Volumetria:** O totem deve integrar sensores a laser com amplificador embutido e saída digital para monitoramento individual do volume em cada contêiner (orgânico/reciclável).
- **Monitoramento Térmico:** Devem ser instalados sensores de temperatura individuais por contêiner, configurados para acionamento de sinal aos 60°C e envio de alertas em tempo real em caso de sobreaquecimento.
- **Controle de Acesso e Piso:** A detecção de abertura do piso deve ser realizada por sensor eletromecânico (tipo fim de curso com rolete), permitindo identificar coletas, fechamentos ou tentativas de arrombamento em tempo real.

- **Vídeo e Proteção:** A câmera de monitoramento deve possuir resolução mínima de 1080p, visualização em tempo real e grau de proteção IP67. Todos os sistemas de leitura de dados devem obedecer, no mínimo, ao mesmo índice de proteção (IP67).
- **Gestão de Dados:** O sistema deve contar com um datalogger para armazenamento e transmissão de dados para processamento em nuvem.

#### 7.2.8. SISTEMA SUPERVISÓRIO

7.2.8.1. O Sistema Supervisório tem como função principal o monitoramento em tempo real, fornecendo aos operadores dados atualizados sobre os níveis de preenchimento e alertas imediatos em casos de invasão ou vandalismo. A interface é baseada em plataforma WEB, permitindo a gestão centralizada e a visualização detalhada de informações de coletores individuais ou de um conjunto de equipamentos.

7.2.8.2. O sistema deve operar em plataforma WEB para o monitoramento individual de volume e status de cada coletor em tempo real e sem latência, integrando notificações imediatas para casos em que a temperatura interna ultrapasse 60°C. Além do controle térmico, a interface deve registrar o momento exato da abertura do piso pelos operadores de coleta e alertar sobre eventos de vandalismo ou tentativas de arrombamento. Para fins de auditoria e gestão, o software deve manter um histórico de eventos críticos por um período mínimo de 15 dias, disponibilizando, ainda, um módulo administrativo para o cadastro e controle de acesso de usuários.

##### 7.2.8.3. Padrão Construtivo

- **Interface de Mapa:** Exibição geográfica das lixeiras com acesso a dados em tempo real (ID, localização, temperatura, nível de carga e data da última coleta).
- **Interface de Listagem:** Relatório detalhado dos pontos de instalação, destacando o status de preenchimento e o histórico de atendimento de cada unidade.
- **Otimização de Rotas:** Geração de trajetos logísticos baseada em parâmetros definidos pelo operador, considerando a tipologia do material e o nível de saturação dos recipientes.

### 7.2.9. INSTALAÇÃO

7.2.9.1. A etapa de instalação compreende o conjunto de serviços necessários para a implantação dos sistemas coletores subterrâneos, sendo fundamental para garantir a funcionalidade operacional e a integração harmônica com o ambiente urbano.

7.2.9.2. A execução deverá seguir o seguinte fluxo metodológico:

- **Demarcação e Preparo:** Identificação do local e remoção controlada do pavimento existente (pavers) sob responsabilidade da CONTRATANTE, visando viabilizar a escavação (a cargo da CONTRATADA).
- **Assentamento:** Preparação da base com pó de brita nivelado, seguida pelo posicionamento da caixa de contenção.
- **Montagem:** Fixação da placa niveladora, instalação do piso de acabamento e do coletor, assegurando o perfeito alinhamento do conjunto.

7.2.9.3. Após a instalação física dos equipamentos, deve-se proceder com a finalização do entorno:

- **Preenchimento:** Execução de reaterro ao redor da caixa de contenção com pó de brita, realizando a compactação mecânica ou manual para evitar recalques futuros.
- **Recomposição:** Reposição do pavimento original (pavers), garantindo a continuidade do nivelamento e a estética do passeio público.

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de modo que, no prazo estabelecido, o objeto contratado seja entregue.

8.2. Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 05 (cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

8.3. Permitir e facilitar a fiscalização da CONTRATANTE, a supervisão dos serviços, prestando todas as informações solicitadas.

8.4. Fica a cargo da CONTRATADA justificar à CONTRATANTE quando houver a impossibilidade de execução do serviço, mediante documento oficial.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada pelo setor próprio.

9.2. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências previstas neste Termo de Referência.

9.3. Conferir o objeto e suas condições no ato da entrega.

9.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

10.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.

10.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado justificadamente quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento.

10.3. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

10.3.1. Início da execução do objeto: a contar da assinatura do contrato;

10.3.2. Início do serviço: 10 dias a partir da assinatura do contrato;

10.3.3. Local de execução: Município de Lages.

## **11. GESTÃO DO CONTRATO**

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

11.6. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

11.7. A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

11.8. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

11.9. Todos os serviços, objeto da contratação, serão fiscalizados pela SEMASA.

11.10. Sem prejuízo de outras atribuições inerentes à função e à fiscalização, a SEMASA poderá:

11.10.1. Sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas ou com as normas estabelecidas pela SEMASA.

11.10.2. Recusar os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas.

11.11. A fiscalização da SEMASA não diminui nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e correta execução dos serviços.

11.12. Os serviços somente serão recebidos pela SEMASA, após o atendimento de todas as exigências previstas na documentação técnica e respectivo contrato.

### **Fiscalização**

11.13. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscal do Contrato**

11.14. O fiscal de contrato será designado para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, devendo anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas observadas.

11.14.1. A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.15. A função do fiscal de contrato é auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas, bem como divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução do objeto contratado;

III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, da realização de serviços ou da execução de obras;

IV - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

V - proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

VI - determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

VII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

VIII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à CONTRATADA, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

IX - receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

X - dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais, incluindo os relativos a reequilíbrio e reajuste de preços; (Redação dada pelo Decreto nº 22704/2025);

XI - verificar a correta aplicação dos materiais;

XII - requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XIII - propor ao gestor do contrato a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

XIV - informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela CONTRATADA;

XV - no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XIV:

a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ARTs do CREA e/ou RRTs do CAU referentes aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e demais elementos instrutores, dos quais deverá ter pleno conhecimento para o adequado acompanhamento da execução;

b) dar visto no diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

d) realizar e registrar medições conforme o término das etapas da obra;

e) opinar ou não sobre o aditamento de contratos, estando sempre em comunicação direta com o seu superior, informando sobre o andamento da obra e da fiscalização;

f) paralisar e solicitar a restauração de qualquer serviço da obra, para que ele seja executado conforme as exigências legais e de qualidade impostas tanto pela legislação quanto pelo contrato e seus anexos;

g) solicitar a substituição de materiais e equipamentos, caso os que estejam na obra apresentem defeitos;

h) após o término da obra, o fiscal deve verificar e aprovar os desenhos, conforme eles foram construídos (As Built), conforme elaborado pela parte contratada.

§ 1º A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Poder Executivo ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º O fiscal do contrato anotar em registro próprio, conforme modelo padronizado e disponibilizado no site oficial do Município, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

§ 3º A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

I - os resultados alcançados em relação à CONTRATADA, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato;  
e

VI - a satisfação do interesse público.

§ 4º O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar ao gestor do contrato para que este promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 5º A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

### **Gestor do Contrato**

11.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

11.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

11.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

11.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado

nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

11.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

11.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

11.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - I) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - II) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

III) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

h) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.3. Multa:

12.3.1. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.3.2. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

12.3.3. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

12.3.4. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à SEMASA.

12.5. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela SEMASA ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.10.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.10.4. Os danos que dela provierem para à SEMASA; e

12.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que

também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.12. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.13. A SEMASA deverá, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.14. Os débitos do contratado para com a SEMASA, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas;

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **14. DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **15. DAS ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **16. DA PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, art. 7º, XXII, do Decreto nº 20.682 de 2023 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **17. DO FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Lages/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

## **18. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) – LEI Nº 13.709/2018**

18.1. A CONTRATADA autoriza a coleta de dados pessoais e empresariais imprescindíveis a execução deste contrato, tendo sido informado quanto ao tratamento de dados que será realizado pela SEMASA, nos termos da Lei nº 13.709/2018, especificamente quanto a coleta dos seguintes dados:

- a) Dados relacionados à sua identificação pessoal e empresarial da CONTRATADA, da pessoa jurídica e do seu representante legal e funcionários, a fim de que se garanta a fiel contratação pelo respectivo titular do contrato;
- b) Dados relacionados ao endereço da sede da pessoa jurídica contratada, tendo em vista a necessidade de a SEMASA enviar de documentos/notificações e outras garantias necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado;
- c) Dados coletados com base no legítimo interesse da SEMASA, bem como para garantir a fiel execução do contrato por parte da SEMASA, fundamentam-se no artigo 7º da LGPD.

18.2. A SEMASA fica autorizada a compartilhar os dados da CONTRATADA, agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste instrumento, desde que, sejam respeitados os princípios da boa-

fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

18.3. A SEMASA se responsabiliza por manter medidas de segurança, técnicas e administrativas suficientes a proteger os dados pessoais do contratado e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), comunicando ao contratado, caso ocorra algum incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, conforme artigo 48 da Lei nº 13.709/2018.

18.4. À SEMASA, é permitido manter e utilizar os dados pessoais e empresariais durante todo o período contratualmente firmado para as finalidades relacionadas no termo e ainda após o término da contratação para cumprimento de obrigação legal ou impostas por órgãos de fiscalização, nos termos do artigo 16 da Lei nº 13.709/2018.

18.5. A CONTRATADA fica ciente de que a SEMASA poderá permanecer utilizando os dados para as seguintes finalidades:

- a) Para cumprimento de obrigações decorrentes do objeto do contrato;
- b) Para cumprimento, pela SEMASA, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;
- c) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- d) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros;
- e) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- f) Quando necessário para atender aos interesses legítimos da SEMASA ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

18.6. A CONTRATADA autoriza o compartilhamento de seus dados, para os fins descritos nesta cláusula, com terceiros legalmente legítimos para defender os interesses da SEMASA bem como da CONTRATADA.

18.7. A CONTRATADA possui tempo determinado de 5 anos para acesso aos próprios dados armazenados, podendo também solicitar a exclusão de dados que foram previamente coletados com seu consentimento;

18.8. A exclusão de dados será efetuada sem que haja prejuízo por parte da SEMASA, tendo em vista a necessidade de guarda de documentos por prazo

determinado de 5 anos, conforme lei civil. Para tanto, caso a CONTRATADA deseje efetuar a revogação de algum dado, deverá preencher uma declaração neste sentido;

18.9. A CONTRATADA autoriza, neste mesmo ato, a guarda dos documentos (contratos/documentos fiscais/notificações/protocolos/ordens de serviços) - em que pese eles possuam dados pessoais - por parte da SEMASA a fim de que ela cumpra com o determinado nas demais normas que regulam o presente contrato, bem como para o cumprimento da obrigação legal nos termos do artigo 16, inciso I, da Lei Geral de Proteção de Dados.

## **19. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

19.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

19.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

19.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

19.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

19.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

19.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

19.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

19.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

19.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

19.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

19.12.1. O prazo de validade;

19.12.2. A data da emissão;

19.12.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

19.12.4. O período respectivo de execução do contrato;

19.12.5. O valor a pagar; e

19.12.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras,

reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

19.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

19.15.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

19.15.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

19.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

19.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

19.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de Pagamento**

19.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

## **Forma de Pagamento**

19.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

19.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

19.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Cessão de Crédito**

19.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

19.27. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

19.28. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

19.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios,

direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

19.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

19.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

### **Reajuste**

19.32. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado pela Administração (data-base).

19.33. Após o interregno de um ano da data-base, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante a aplicação do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, em conformidade com o art. 25, § 7º, da Lei n. 14.133/2021.

## **20. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

20.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

### **Forma de Fornecimento**

20.2. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de Habilitação**

20.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

## Habilitação Jurídica

20.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

20.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

20.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

20.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

20.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

20.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

20.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

20.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

20.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

20.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

20.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

20.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

20.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

20.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

20.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

20.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

20.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

20.21. Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede da participante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de

validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, com data não superior a 60 dias da apresentação da documentação. Fica facultada à Comissão Permanente de Licitação a exigência da certidão supra, no seu original, quando pairarem dúvidas sobre o documento.

20.22. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 meses da data de apresentação da proposta.

20.23. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

20.24. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

20.25. Serão considerados aceitos na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

20.25.1. Apresentação por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED);

20.25.2. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

20.25.2.1. Publicadas em Diário Oficial;

20.25.2.2. Publicadas em jornal de grande circulação; ou

20.25.2.3. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial.

20.25.3. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

20.25.3.1. Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da CONTRATADA ou em outro órgão equivalente; ou

20.25.3.2. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa contratada.

20.25.4. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006:

20.25.4.1. Por fotocópia do Balanço e Demonstrações Contábeis registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da CONTRATADA ou em outro órgão equivalente.

20.26. A boa situação financeira da CONTRATADA será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

20.27. A CONTRATADA que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% do valor total estimado da contratação.

### **Qualificação Técnica**

20.28. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

20.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

20.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de quantitativos mínimos de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo.

20.31. Para fins de comprovação da capacidade técnica-operacional, definem-se como parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, cumulativamente:

20.31.1. **Fornecimento e instalação de sistema de contentores de resíduos sólidos subterrâneos:** Por envolver a integração de engenharia civil (escavação e contenção) com equipamentos especializados de coleta.

20.31.2. **Capacidade Volumétrica do Sistema:** A comprovação deve focar na experiência com contentores de capacidade unitária igual ou superior a 1 m<sup>3</sup>, dada a especificidade do fluxo de resíduos.

20.31.3. **Sistema de Elevação e Comando Hidráulico:** Conjunto responsável pelo içamento e alinhamento do piso e recipientes ao nível do solo para a coleta, exigindo precisão operacional e segurança mecânica.

20.31.4. **Caixa de Contenção:** Estrutura de fixação e alojamento dos conjuntos operacionais, que atua como barreira ambiental crítica contra a contaminação do solo.

20.31.5. **Automação e Monitoramento:** Implementação de Totem de comunicação integrando central de controle e câmeras para a gestão inteligente do sistema.

20.32. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

20.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

20.34. Prova de atendimento ao seguinte requisito, previsto em lei:

- **Registro Profissional:** Certidão de Registro da licitante e de seus Responsáveis Técnicos junto ao CREA, em plena validade, visto que o objeto envolve serviços de engenharia.

## **Disposições Gerais Sobre Habilitação**

20.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

20.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou do sistema de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

20.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

20.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

20.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **21. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

21.1. O valor total estimado da aquisição é de R\$ 2.036.665,30 (dois milhões, trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos);

21.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA).

22.1. O objeto, que compreende o sistema inteligente de contentores soterrados, totens de monitoramento, serviços de instalação e frete, será atendido pelas seguintes dotações orçamentárias:

I) Fonte de Recursos: [Município].

II) Código de Despesa: [15]; [14]; [14]; [14].

III) Elemento de Despesa: [44905234]; [33903977]; [33903925]; [33903974].

22.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Lages (SC), 16 de abril de 2026.

---

Gustavo Alexsandro de Oliveira Melo  
Assessor de Gestão de Saneamento  
Matrícula: 218439/1